



**LEI Nº 2.695/2012**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER USO DE BEM PÚBLICO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO, Prefeito Municipal de Butiá, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Uso de Bem Público, de uma fração de terra de 3.500 m<sup>2</sup> contendo um prédio de 600 m<sup>2</sup> localizado as margens da BR 290, Km 175 no Distrito Industrial do Município de Butiá, para a empresa **FORTRAL - COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA.**, com sua sede social localizada na **Av. José Loureiro da Silva, 1393**, no Município de **Camaquã - RS**, inscrita no CNPJ nº **00.068.693/0001-54**, com a finalidade de instalação de comercialização de máquinas e equipamentos agrícolas, peças, serviços, assistência técnica e afins.

**Parágrafo Único** - As despesas de terraplanagem, manutenção como água, luz e telefone serão de responsabilidade da empresa em epígrafe.

**Art. 2º** - Sob pena de revogação da concessão de uso da área de terra e do prédio a Empresa deverá iniciar as obras e reformas de construção de sua sede, no prazo máximo de 120 (cento e vinte dias) dias a contar da data da assinatura do Contrato de Concessão de Uso e devendo iniciar suas atividades no prazo máximo de 08 (oito) meses.

**Art. 3º** - A empresa compromete-se a executar na área de terras mencionadas no Artigo 1º, as atividades mencionadas no mesmo Artigo, sob pena de revogação da concessão de uso.

**§ 1º** - A Empresa compromete-se ainda, a manter um número mínimo de 10 (dez) funcionários durante o prazo de Cessão de Uso e não sublocar ou fazer qualquer concessão a terceiros.

**§ 2º** - Ocorrendo revogação ou término da concessão de uso não caberá nenhuma espécie de indenização por parte do Município à Empresa, de quaisquer obras e/ou benfeitorias realizadas na área, objeto da concessão, as quais passarão a integrar o patrimônio do Município.

**§ 3º** - A concessão terá o prazo de 08 (oito) anos, podendo ser renovada por igual período por Lei específica.

**Art. 4º** - As condições restritivas mencionadas nesta Lei deverão constar do Contrato de Concessão de Uso.



Estado do Rio Grande do Sul  
**PREFEITURA DE BUTIÁ**




**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**  
Em 13 de janeiro de 2012.

  
**PAULO ROBERTO FÉLIX MACHADO**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE**  
Em 13 de janeiro de 2012.

  
**EDILSON NUNES FRANCISCO**  
Secretário Municipal de Administração